

Rio Money Fórum  
Outubro 2018  
**A UGT E A REFORMA DA  
PREVIDÊNCIA**



- A UGT - União Geral do Trabalhadores é uma Central Sindical que se volta para o Brasil.
- Entende a necessidade de mudanças.
- Não se furta em participar dos debates necessários e indispensáveis para pensar as reformas estruturais que o país precisa.
- Reformas necessárias para realizar o futuro da sociedade e, em especial, o futuro dos trabalhadores brasileiros.
  - É A NOSSA MISSÃO.
  - É O QUE FOI DEFINIDO EM SEU 3º CONGRESSO NACIONAL EM 2015: “BRASIL: É HORA DAS REFORMAS”.
- MAS QUE FIQUE CLARO: REPRESENTAMOS E DEFENDEMOS OS TRABALHADORES E TRABALHADORAS DO BRASIL.

- Carlos Jereissati (Grupo Iguatemi)disse que “*A reforma da Previdência não é uma questão de opinião, é uma questão de matemática*”.
- A UGT representa 10 milhões de trabalhadores e não uma equação matemática. Como proceder quando se fala de pessoas?
- Reformas estruturais exigem um amplo trabalho de reflexão e compreensão da sociedade, que é afetada pelas mudanças, além de ser, ao final, quem paga as contas com seus impostos e contribuições diretas.

- A UGT defende:
  - **Regime de Previdência Único** igualitário para todos os brasileiros.
  - **Urgência na convergência dos regimes atuais**, como forma de acabar com a enorme **desigualdade** existente, que faz com que toda a sociedade pague para manter privilégios, e, ainda, para reduzir o déficit fiscal do país;
  - **Fundo de Previdência Complementar sem o aporte de recursos públicos**, para todos os que quiserem valor de aposentadoria acima do limite do RGPS, igual para o setor privado e o setor público.
    - Não cabe à sociedade pagar com seus impostos anseios individuais de renda.
  - **Rigor, transparência e participação da sociedade** na gestão da previdência.

- Reformas que afetam profundamente a vida da população devem ser amplamente discutidas com a sociedade:
  - **Clareza, confiabilidade de informações, confiabilidade de dados e estudos, transparência;**
  - Do muito alegado tempo em que se discutem reformas da previdência, convém salientar que a Previdência como hoje conhecemos foi sendo gradativamente estruturada e consagrada na Constituição de 88. Depois disso reformas, muitas pontuais, foram introduzidas em 1991/1998/2003. Em 2015 foi introduzido o cálculo 85/95. (Slides finais)
- **Equidade** nas medidas de correção de curso de tal forma a inverter a lógica perversa de transferir para os mais pobres a responsabilidade por sustentar os privilégios das pequenas elites (*como o sistema tributário que pesa mais, muito mais para os pobres, para os que produzem e não se viu até agora qualquer proposta de reestruturação*).

- A EC 287/2016 ficou refém dos debates corporativos, as controvérsias assustaram a população, e a reforma passou a ser objeto não de debates, mas de propaganda quase terrorista em vários momentos – algumas foram até suspensas pela justiça.
  - É o vício autoritário dos governos e também do congresso - o país está desacostumado ao debate desde os muitos anos de ferro da ditadura, temos que avançar nisto, sem medo.
- Uma emenda aglutinadora foi proposta mais adiante para cumprir a agenda de reformas do Governo e construir um discurso positivo para um presidente extremamente impopular e sem liderança, mas que conhece bem o jogo no Congresso.
  - Enfrentou resistência e caducou: os parlamentares sabem que eleições não combinam com políticas impopulares, redutoras de direitos - a preocupação não é com o Brasil, é com a reeleição.
- O Governo agora volta ao ataque, e diz que reapresentará uma proposta de reforma da previdência logo depois das eleições, confiante que uma legislatura em vias de mudança não se importará em aprovar medidas impopulares.

- É profundamente injusto com o povo, com os mais pobres, os menos organizados para pressionar o governo de perto.
- Cabe nós, sindicalistas, exercer essa defesa.
  - Não contra as reformas necessárias, mas contra as **desigualdades mantidas** nas medidas de uma reforma, que se apresenta como um esforço importante de equilibrar as contas públicas.
  - Essa desigualdade faz com que se mantenha uma lógica invertida de distribuição de renda: dos mais pobres para os mais ricos, como bem constatou estudo do Banco Mundial, contratado ainda no governo Dilma.

- EQUIDADE E RAPIDEZ NA CONVERGÊNCIA DE REGIMES
  - Esses, os principais problemas da reforma diminuída proposta pelo Governo.
  - Estão mantidas:
    - Aposentadorias com remuneração integral, corrigidas pelo mesmo valor do pessoal em atividade (paridade) no setor público, que apresentam déficits significativos relativamente às contribuições feitas – **Tabela Adiante**;
  - A convergência dessas aposentadoria para RGPS, que abrangem servidores contratados até dezembro de 2003, somente ocorrerá a partir de 2043 – quem pagará esse déficit?
  - Assim, estão chamados a pagar essa conta, com seus impostos, os trabalhadores mais pobres aos quais se aplicariam de imediato as novas regras da previdência: o RGPS Urbano.



## O TAMANHO DA CONTA

- As contas feitas pela Fazenda/Tesouro Nacional<sup>1</sup> apontam um déficit em 2016 de R\$ 215,1 bilhões.
- Onde estão os déficits:

Servidor Público, Cíveis e Militares	<b>R\$ 77,1 bilhões</b>	36%	931,5 mil
RGPS Rural	<b>R\$ 101,6 bilhões</b>	47%	9,5 milhões
RGPS Urbano	<b>R\$ 36,4 bilhões</b>	27%	24,27 milhões

- Assim, o déficit *per capita* da Previdência em 2016 mostra a absurda transferência de renda seguinte:

Servidor Público, Cíveis e Militares	<b>-R\$ 82.769,00</b>
RGPS Rural	<b>-R\$ 10.715,50</b>
RGPS Urbano	<b>-R\$ 1.501,00</b>

- Os benefícios per capita pagos em 2016, foram da seguinte ordem:

Servidor Público, Cíveis e Militares	R\$ 9.149,84
RGPS Rural	R\$ 888,76
RGPS Urbano	R\$ 1.224,37

<sup>1</sup> Relatório Aspectos Fiscais da Seguridade Social no Brasil, Tesouro Nacional (nov/2017)

- A gestão da previdência do RGPS sofre de problemas graves, que aprofundam a crise estrutural do setor.
- Desvinculação de receitas, desonerações, isenções, reduções de contribuições, perdão de dívidas, créditos acumulados incobráveis, leniência na concessão e gerenciamento dos benefícios previdenciários, sem dúvida, agravam o quadro de equilíbrio financeiro da previdência privada do RGPS, e não podem ser esquecidos em **qualquer reforma que se pense para o setor:**
- É indispensável:
  - Implantar o Orçamento Geral da Seguridade Social e Previdência Social, como definido na Constituição Federal 88;
  - Implementar o Fundo do Regime Geral da Previdência Social, criado na Lei Complementar 101/2000, onde deve ser travado o debate da previdência e seu futuro;
  - Criar o Conselho de Gestão Fiscal, com a participação das entidades representativas da sociedade na avaliação permanente da política e operacionalidade de toda a gestão fiscal do Estado;

- De um “choque de gestão” competente na Previdência do RGPS.
- Enfrentar um debate honesto com as instituições da sociedade civil organizada sobre a crise estrutural das Previdências Pública e Privada, com transparência de dados e projeções.
  - Cabe à sociedade definir o que se dispõe a manter pagando impostos, taxas e contribuições.
  - Entender que propaganda não é diálogo.
- Estudar a assistência e proteção social ao trabalhador rural, que visivelmente tem dificuldades contributivas.
- Debater o financiamento da previdência diante não apenas das crises econômicas como a que estamos vivendo, mas diante de um quadro demográfico próximo de longevidade, redução de contribuintes e mudanças profundas no emprego e na forma de trabalhar e produzir.
  - Não podemos continuar sustentando as políticas públicas onerando o setor produtivo e os mais pobres que pagam impostos pesados.

- São os ajustes mais duros e mais difíceis de fazer pelo enorme poder de pressão dos servidores públicos junto ao executivo e ao legislativo.
- As enormes diferenças de valores de benefícios precisam ser mais rapidamente niveladas ao RGPS, e não apenas daqui a 25 anos.
- Na base desses elevadíssimos benefícios estão remunerações igualmente elevadas comparativamente ao setor privado – estudos do Banco Mundial reconhecem em 67% essa diferença para funções com a mesma qualificação no setor privado.
- É preciso repensar as carreiras do setor público, mantendo sob regime público apenas as carreiras de Estado, como magistrados, segurança pública e defesa nacional, representação de estado, por ex., e, ainda assim, com previdência única.

- Vivem mais que os homens - cerca de 7 anos a mais na expectativa de vida ao nascer<sup>2</sup>.
- Trabalham mais e recebem salários menores (84,1% do salário dos homens) – são as operadoras não remuneradas da economia do cuidado: serviços domésticos, filhos, maridos, idosos.
- Essa ainda é uma obrigação reconhecida e publicada como sendo feminina: em recente artigo no Estadão José Pastore argumenta sobre o trabalho intermitente afirmando que seria do interesse feminino, pois as “mulheres combinam obrigações domésticas com jornadas mais curtas” e, acrescentamos, trabalho precário!
- Quando a sociedade tratar em pé de igualdade homens e mulheres na economia do cuidado e na igualdade salarial, todas as demais medidas devem também ser igualadas.
  - a Constituição trata de forma específica os que são desiguais, na própria previdência social: pessoas com deficiências, pessoas em atividades perigosas/extenuantes, dentre outras. Contam com regras próprias.

<sup>2</sup> Tábuas de Mortalidade de 2016, IBGE

# O DEFICIT DA SEGURIDADE SOCIAL E A DRU

Ano	DRU - Receitas Desvinculadas da Seguridade Social (R\$)	Resultado Seguridade *SEM RPPS (R\$)	Resultado da Seguridade *SEM DRU (R\$)
2007	38.606.995	5.205.495	43.812.490
2008	39.580.914	90.444	39.671.358
2009	39.172.810	-31.707.279	7.465.531
2010	46.302.452	-18.044.243	28.258.209
2011	50.460.237	-9.219.608	41.240.629
2012	54.809.379	-18.460.238	36.349.141
2013	60.128.079	-19.957.551	40.170.528
2014	59.879.918	-50.829.479	9.050.439
2015	60.620.377	-78.080.146	-17.459.769
2016	91.964.061	-161.712.067	-69.748.006

Fonte: Aspectos Fiscais da Seguridade Social, STN

# EVOLUÇÃO DA RENÚNCIA FISCAL (R\$ em milhões correntes)

Descrição	Contribuição Social para o PIS-PASEP	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	Contribuição para a Previdência Social	SOMA DAS RENÚNCIAS FISCAIS SOBRE CONTRIBUIÇÕES DA SEGURIDADE SOCIAL	GASTO TRIBUTÁRIO TOTAL
<b>2007</b>	4.551	3.905	22.586	*1	<b>31.042</b>	<b>88.629</b>
<b>2008</b>	5.074	4.247	25.371	*1	<b>34.692</b>	<b>99.494</b>
<b>2009</b>	5.398	4.928	27.630	*1	<b>37.956</b>	<b>100.992</b>
<b>2010</b>	6.067	6.137	31.941	17.938	<b>62.083</b>	<b>135.861</b>
<b>2011</b>	6.817	6.687	34.909	20.438	<b>68.851</b>	<b>152.441</b>
<b>2012</b>	8.535	8.186	43.491	30.664	<b>90.876</b>	<b>182.410</b>
<b>2013</b>	10.870	9.046	54.768	44.769	<b>119.453</b>	<b>223.310</b>
<b>2014</b>	11.819	9.704	59.521	57.946	<b>138.990</b>	<b>253.714</b>
<b>2015</b>	12.944	10.431	64.417	64.185	<b>151.977</b>	<b>271.848</b>
<b>2016</b>	12.616	11.001	63.173	56.392	<b>143.182</b>	<b>266.992</b>
<b>2017</b>	12.736	11.802	64.093	60.013	<b>148.644</b>	<b>279.880</b>
<b>2018</b>	13.785	12.835	69.402	65.212	<b>161.234</b>	<b>305.127</b>

Fonte: Receita Federal -DGT (Demonstrativo de Gastos Tributários)/PLOA 2017 e 2018

\*1 - Valores não encontrados na DGT para o respectivo ano

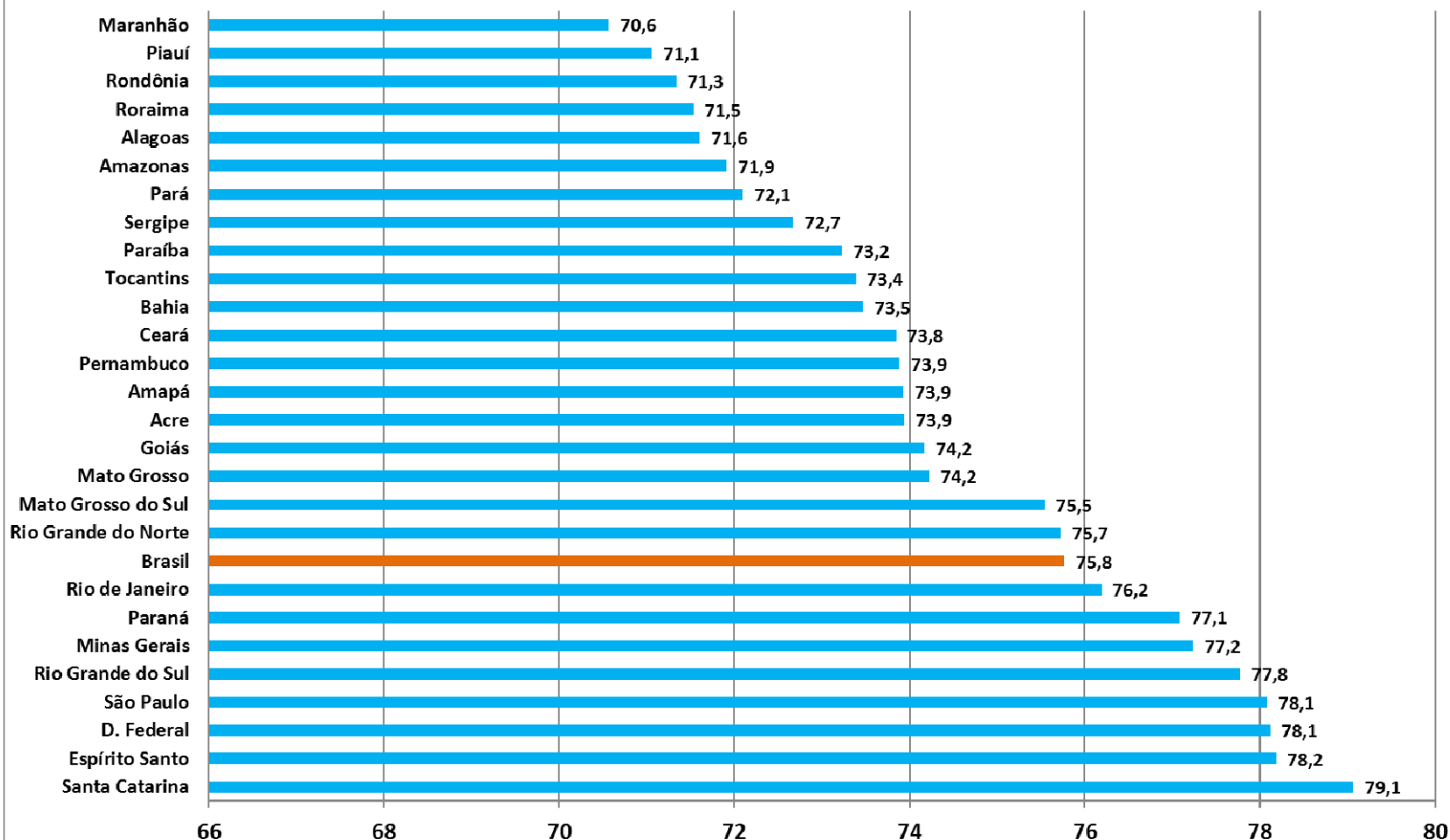
# EXPECTATIVA DE VIDA AO NASCER - BRASIL

---

Total	Homem	Mulher
-------	-------	--------

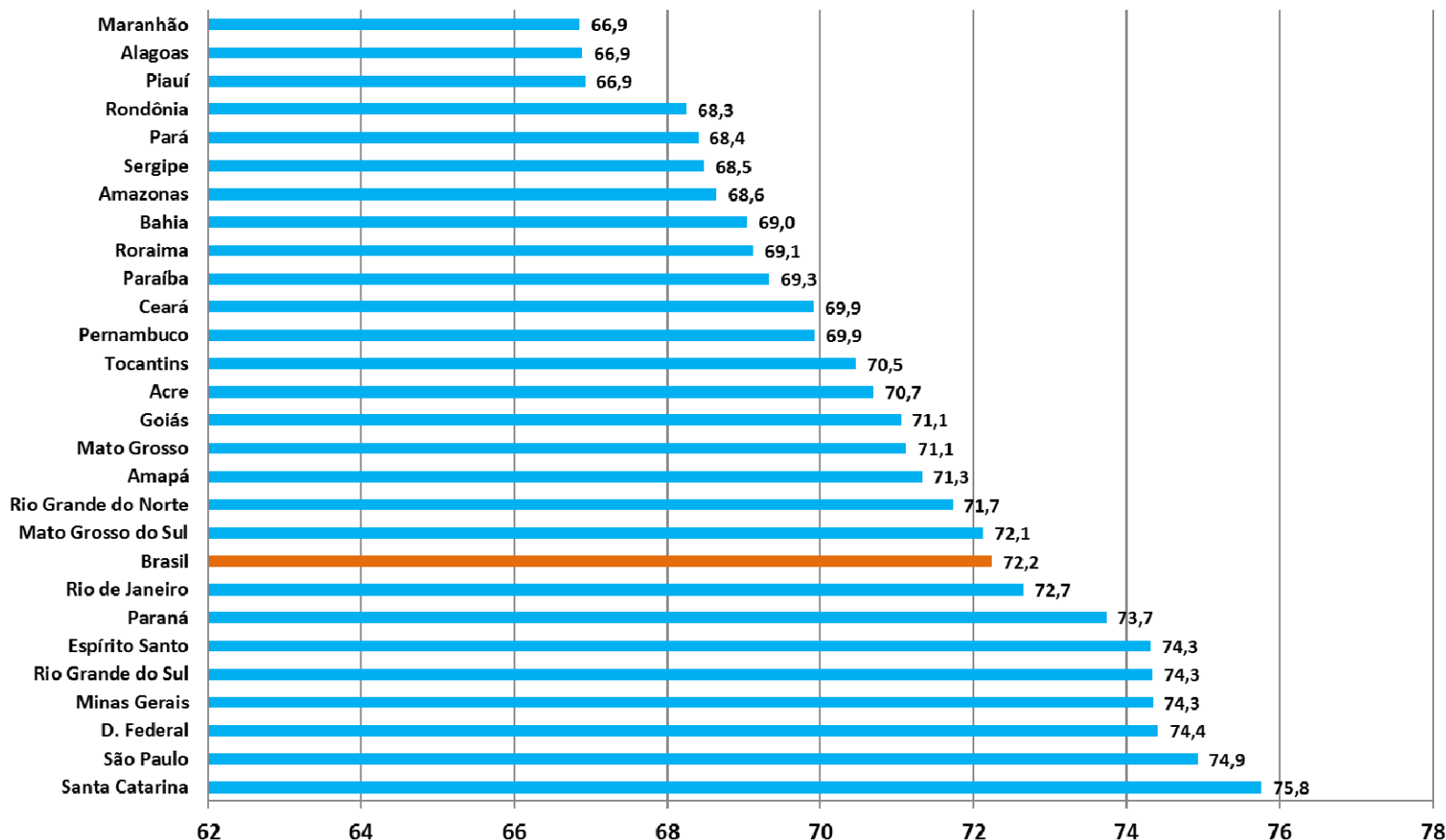


**Gráfico 4 - Unidades da Federação - Esperança de vida ao nascer - Brasil -  
Total - 2016**



# EXPECTATIVA DE VIDA AO NASCER – ESTADOS / HOMENS

Gráfico 5 - Unidades da Federação - Esperança de vida ao nascer - Brasil -  
Homens - 2016

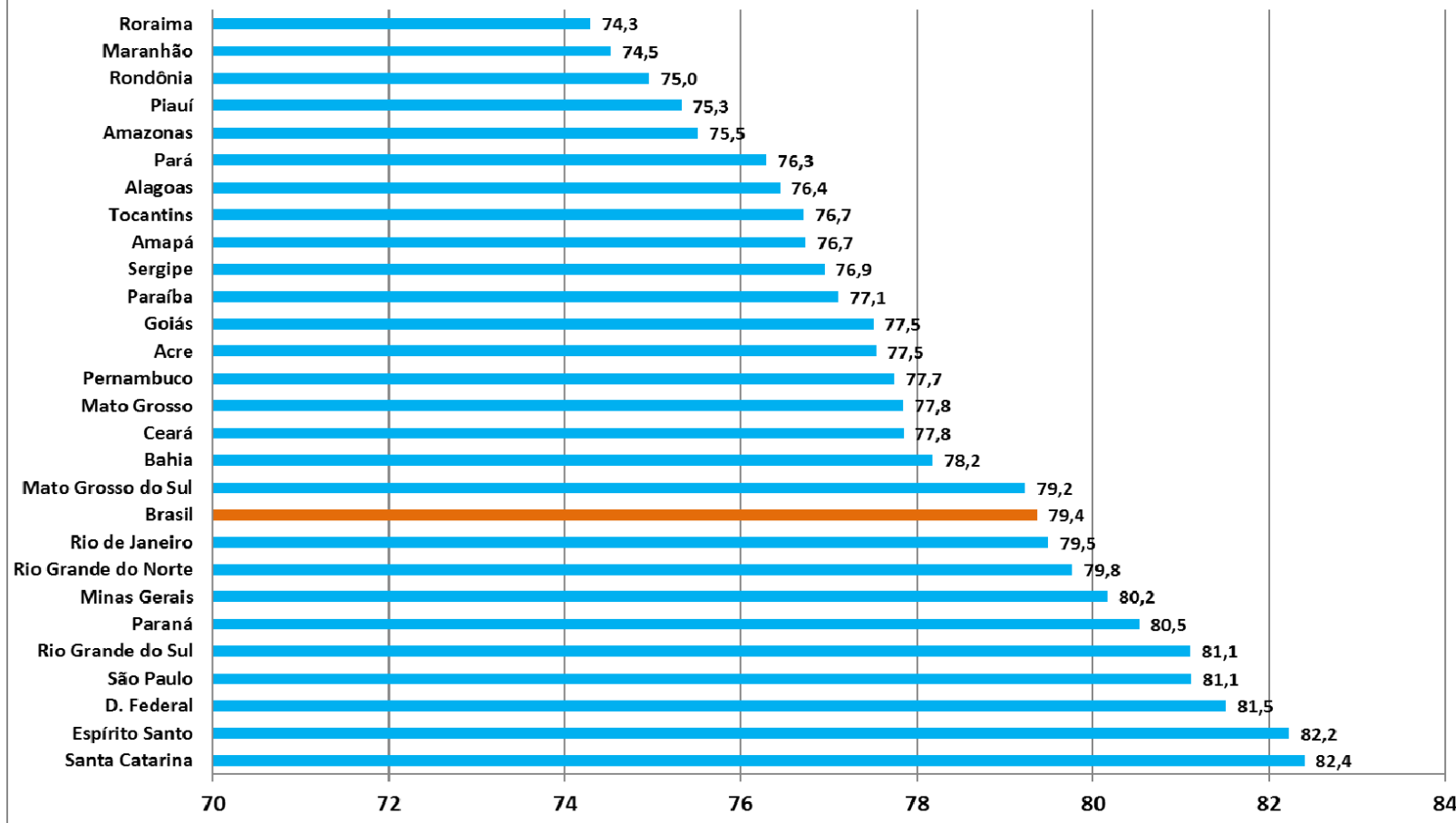


Fonte: Projeção da população do Brasil e Unidades da Federação por sexo e idade para o período 2000-2030. IBGE

Fonte: Tábuas de Mortalidade de 2016, IBGE

# EXPECTATIVA DE VIDA AO NASCER – ESTADOS / MULHERES

**Gráfico 6 - Unidades da Federação - Esperança de vida ao nascer - Brasil -  
Mulheres - 2016**



Fonte: Projeção da população do Brasil e Unidades da Federação por sexo e idade para o período 2000-2030.

Fonte: Tábuas de Mortalidade de 2016, IBGE

- **1974 – 1987:** Período da estruturação do sistema da Previdência Social com a criação de Ministério, consolidação de leis e regulamentos sobre o financiamento do sistema e distribuição de benefícios (Pró Rural (1975), PIS/PASEP (1975), Seguro Desemprego (1986), Conselho Comunitário da Previdência Social (1986) - composto por contribuintes, usuários, sindicatos etc. - e Conselho Superior de Previdência Social).
- **1988 – Constituição Federal:** Institui a seguridade social, que inclui a previdência do RGPS, suas regras gerais e forma de financiamento, e o Regime Próprio dos Servidores Públicos - RPSP, suas regras gerais e forma de financiamento.

- 1991: COLLOR RGPS Correção monetária da base de contribuições/COFINS/SM como piso de benefícios.
- 1998: FHC RGPS + RPPS - EC 20/98
- 1999: RGPS - Fator Previdenciário/99
- 2003: 2004 LULA RPPS - EC41/03
- 2004: Lula RPSP EC47/04
- 2012: DILMA RPPS - Funpresp – Lei 12.618/12
- 2015: RGPS - Regra 85/95 Progressiva e restrições no pagamento de Pensão.

- **1991 – Governo Collor**

- Duas leis foram aprovadas:

- o cálculo do valor do benefício passou a levar em conta a correção monetária, o que na prática significava um aumento nos vencimentos;
    - regulamentou uma regra prevista na Constituição de 1988: nenhum benefício pode ser menor que o salário mínimo;
    - instituição da Contribuição de Financiamento da Seguridade Social.

- **1998: Governo FHC (EC nº20/1998)**
  - A Emenda Constitucional 20 foi aprovada em 15 de dezembro de 1998 com mudanças importantes na previdência:
    - Torna contributiva a previdência do setor público;
    - Veda a percepção simultânea de proventos de aposentadoria decorrentes do art. 40 ou dos arts. 42 e 142 com a remuneração de cargo, emprego ou função pública;
    - Não mais consideraria o tempo de serviço do trabalhador, mas sim o tempo de contribuição com o INSS;
    - Estabeleceu o período de contribuição de 30 anos para as mulheres e 35 para os homens;
    - O salário-família e o auxílio-reclusão passaram a ser devidos apenas ao dependente do segurado de baixa renda.
    - Houve a tentativa de aprovar a idade mínima, mas sem sucesso.
  - Em 1999 foi criado por Lei o fator previdenciário para definir o valor do benefício.

- **2003: Governo Lula (EC nº 41/2003)**
  - A Emenda Constitucional 41 foi promulgada em dezembro de 2003, após ser aprovada em votação apertada no Senado.
  - Os principais pontos:
    - Fim da integralidade e paridade da aposentadoria para os que ingressassem no setor público depois de 31/12/2003.
    - Cobrança de contribuição previdenciária de 11% dos inativos e pensionistas que recebam proventos acima do limite máximo estabelecido para os benefícios do RGPS.
    - Exigência de 60 anos de idade e 35 de contribuição para homens e 55 de idade e 30 anos de contribuição para mulheres;
    - O benefício do servidor aposentado passou a ser calculado com base na média aritmética simples de suas contribuições para RPPS, a partir de junho de 1994.
    - Instituição por lei de iniciativa do Poder Executivo de regime de previdência complementar com planos de benefícios na modalidade de contribuição definida;



- **2005: Governo Lula EC 47/2005**
  - **A Emenda Constitucional nº 47/2005** é tida como uma reforma paralela à Emenda nº 41, trata da maior parte das regras previdenciárias dos funcionários públicos:
    - Agregou mais uma regra de transição, para permitir a aposentadoria integral, com paridade nas pensões, àqueles servidores públicos que ingressaram no serviço público até a data da promulgação da EC 20/1998.
    - Concedeu aposentadoria especial para os servidores com deficiência, para aqueles que exerçam atividades de risco, e para aqueles cujas atividades sejam exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física;
    - Instituiu regra de paridade no caso de proventos de aposentadorias concedidas para os que ingressaram no serviço público até 31/12/2003 (regra de transição da EC 41/2003)

- Lei 12.618 (2012) – Governo Dilma RPSP
  - Cria o Funpresp – Fundo da aposentadoria complementar dos servidores públicos, marco que determina a aplicação do teto do RGPS aos servidores públicos que ingressarem no serviço público após essa data e aos demais que voluntariamente aderirem ao Fundo.
- Lei 13.183/2015 – Governo Dilma RGPS
  - Consagra a regra contida na Medida Provisória 676/2015: a *fórmula 85/95*, que permite a exclusão do fator previdenciário do cálculo do valor das aposentadorias quando a pessoa atingir tal pontuação com a somatória de idade e tempo de contribuição, sendo 85 pontos para a mulher e 95 para o homem.